

Promon S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de março de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultado	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13

Relatório da Administração

No exercício encerrado em 31 de março de 2025, a Promon S.A. alcançou receita gerencial líquida consolidada de R\$ 1,0 bilhão, equivalente ao ano anterior (R\$ 1,1 bilhão). Esse montante considera a receita total da Promon Engenharia e da Forzy, além de 31,58% da receita da Logicalis Latin America (percentual correspondente à participação acionária da Promon S.A.). O resultado consolidado, por sua vez, registrou lucro de R\$ 9,5 milhões (ante os R\$ 3,9 milhões do exercício anterior), combinando os resultados dos negócios e de eventos não operacionais.

A Promon Engenharia obteve resultados positivos ao longo do ano, com a entrega de projetos importantes, o fortalecimento da presença em clientes estratégicos e a diversificação da carteira. Dessa maneira, encerrou o exercício com receita líquida de R\$ 211 milhões, uma redução de 12% em relação ao exercício anterior (R\$ 239 milhões). O cenário foi desafiador para novas vendas e exigiu que a companhia implementasse ações para redução de custos e ajustes na estrutura, com enfoque na sustentabilidade do negócio. Ainda assim, houve destaques quanto ao posicionamento inicial em setores estratégicos e a consolidação da atuação em mobilidade urbana, transição energética e recursos naturais. A satisfação dos clientes alcançou índices favoráveis: 87 de Satisfação Geral e 64 de NPI (Net Promoter Index), superando as metas iniciais de 80 e 60, respectivamente. Além disso, a Pesquisa de Clima Organizacional alcançou favorabilidade de 87%, enquanto a meta era de 80%.

A Logicalis Latin America encerrou o exercício com receita líquida de R\$ 2,6 bilhões, apresentando um leve crescimento de 3% em relação ao ano anterior (R\$ 2,5 bilhões). Após reestruturações e avanços em seu processo de transformação do negócio, com a diversificação de ofertas e base de clientes - especialmente em resposta à retração das vendas no setor de telecomunicações - a Logicalis apresentou resultados positivos e melhora consistente no desempenho da Argentina. Entre os projetos de destaque, figuram os dos setores bancário, indústria de manufatura, montadoras de veículos, varejo de alimentos e mineração. Em relação às entregas, a empresa registrou aumento em seu NPS (*Net Promoter Score*), que subiu de 54 para 60, e 85% de clientes fiéis (*truly loyal*). No período, foi implementado um novo programa de Pesquisa de Clima, com pontuações de engajamento estáveis: 8,1 para América Latina e 8,4 para Brasil.

Ainda no exercício mencionado, foi lançada a Forzy, empresa de soluções em digital, eficiência operacional e energética com atuação nos setores de indústria, energia, infraestrutura e imobiliário. No período, a nova companhia validou suas primeiras ofertas, conquistou clientes e aprofundou o desenvolvimento de soluções. A Forzy encerrou o exercício com receita líquida de R\$ 3,0 milhões.

Além dos negócios, a Fundação Promon de Previdência Social (FPPS), prestes a completar cinco décadas, segue cuidando do futuro financeiro de seus participantes – os colaboradores e ex-colaboradores da própria Promon que aderem aos planos de benefícios administrados pela entidade.

Os temas de Compliance e Gestão de Riscos continuam prioridade para a Promon S.A., com avanços importantes em treinamentos e ferramentas, buscando continuamente a excelência e as melhores práticas do mercado. Igualmente relevante é o compromisso com o desenvolvimento

sustentável, que se mantém sólido nas empresas operacionais, com estruturação de novos processos, ampliação de ações socioambientais nos projetos e avanços na medição das emissões de carbono.

Prestes a completar 65 anos, a Promon segue confiante de que seu portfólio, construído com consistência e propósito, a posiciona de forma sólida para capturar oportunidades em vetores estruturantes da economia como a descarbonização e transição energética, a redução do déficit na infraestrutura, a neoindustrialização e a transformação digital potencializada pela inteligência artificial.

Agradecemos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo apoio e engajamento em mais um ano de trabalho, superação de desafios e entrega de bons resultados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Promon S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Promon S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Promon S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Arlene Bidolia
Contadora CRC 1SP244099/O-5

Promon S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		
		mar/25	mar/24	mar/25	mar/24			mar/25	mar/24	mar/25	mar/24	
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.692	62.610	69.555	82.637	Circulante		9.655	283	9.655	7.177	
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	146	121	Empréstimos	13	1.929	2.158	26.026	25.591	
Contas a receber de clientes	9	-	-	37.551	71.833	Salários, férias e encargos sociais a recolher	15	790	1.502	2.310	9.103	
Impostos a recuperar	10.a	28	40	26.062	11.717	Participações de empregados a pagar		346	750	2.470	2.422	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10.b	2.042	1.624	8.072	9.645	Fornecedores		16.a	22	27	3.685	3.218
Adiantamentos a fornecedores			7	9	396	Impostos a recolher	16.b	-	-	159	2.803	
Outros créditos	11	1.507	638	10.993	16.324	Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.a	-	-	12.582	17.522	
Total do ativo circulante		35.276	64.921	152.775	192.664	Adiantamentos de clientes	17	-	-	3.697	20.509	
						Receita diferida	14.b	233	203	1.903	1.519	
						Passivo de arrendamento		364	328	6.827	6.501	
						Outras contas a pagar						
Não circulante												
Aplicações financeiras	8	5.552	6.450	14.122	16.753	Total do passivo circulante		13.339	5.251	69.314	96.365	
Depósitos judiciais	18.c	874	811	29.265	28.879	Não circulante						
Impostos a recuperar	10.a	-	-	8.820	22.284	Empréstimos	13	8.228	20.571	8.228	20.571	
Ativo fiscal diferido	29.a	-	-	10.160	9.261	Impostos a recolher	16.a	-	-	22	1.082	
Outros créditos	11	-	-	910	190	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.a	-	-	12.079	14.330	
Outros investimentos		-	-	23	23	Passivo de arrendamento	14.b	463	648	3.941	5.667	
Total do realizável a longo prazo		6.426	7.261	63.300	77.390	Benefícios pós-emprego	19	81	87	1.878	2.833	
Investimentos em controladas e coligadas	12	296.366	269.155	189.264	178.719	Outras contas a pagar		-	-	1.699	3.964	
Direito de uso	14.a	621	817	5.021	6.699	Total do passivo não circulante		8.772	21.306	27.847	48.447	
Imobilizado		46	59	1.790	1.768	Patrimônio líquido						
Intangível		-	-	1.635	3.228	Capital social	20.a	187.000	187.000	187.000	187.000	
Total do ativo não circulante		303.459	277.292	261.010	267.804	Reservas de lucros	20.b	139.950	141.920	139.950	141.920	
						Dividendos propostos	20.c	2.249	923	2.249	923	
						Ajustes de avaliação patrimonial	20.d	5.215	3.603	5.215	3.603	
						Ações em tesouraria		(17.790)	(17.790)	(17.790)	(17.790)	
						controladores		316.624	315.656	316.624	315.656	
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	
						Total do patrimônio líquido		316.624	315.656	316.624	315.656	
Total do ativo		338.735	342.213	413.785	460.468	Total do passivo e patrimônio líquido		338.735	342.213	413.785	460.468	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Promon S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		mar/25	mar/24	mar/25	mar/24
Receita operacional líquida	24	-	-	211.895	238.841
Custo das vendas e dos serviços prestados	25	-	-	(155.362)	(175.459)
Lucro bruto		-	-	56.533	63.382
Despesas administrativas	26	(15.642)	(18.122)	(61.042)	(66.649)
Provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa	9	-	-	(7.124)	(1.299)
Outras receitas	27	54	11.629	11.918	20.319
Outras despesas	27	(390)	(516)	(5.795)	(1.805)
Equivalência patrimonial	12	23.449	9.862	11.324	(13.492)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		7.471	2.853	5.814	456
Receitas financeiras	28	5.761	5.500	14.116	12.246
Despesas financeiras	28	(3.726)	(4.480)	(10.620)	(8.922)
Variações cambiais, líquidas	28	(35)	11	2.850	(486)
Resultado financeiro		2.000	1.031	6.346	2.838
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		9.471	3.884	12.160	3.294
Imposto de renda e contribuição social correntes	29.c	-	-	(3.589)	(5.194)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.c	-	-	900	5.784
Lucro líquido do exercício		9.471	3.884	9.471	3.884
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		9.471	3.884	9.471	3.884
Acionistas não controladores		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Promon S.A.**Demonstrações de resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		mar/25	mar/24	mar/25	mar/24
Lucro líquido do exercício		9.471	3.884	9.471	3.884
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	12	(233)	6.340	(233)	6.340
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego		1.845	(812)	1.845	(812)
Resultado abrangente total do exercício		11.083	9.412	11.083	9.412
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		11.083	9.412	11.083	9.412
Acionistas não controladores		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Promon S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Reserva de lucros								Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado	
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial	Reserva de liquidez	Dividendos propostos	Lucros (prejuízos) acumulados					
Saldos em 31 de março de 2023		187.000	(2.278)	4.455	1.503	12.020	140.547	-	-	(1.925)	(17.790)	323.532	(1)	323.531
Lucro líquido do exercício									3.884			3.884	1	3.885
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego									(3.765)	(812)		(4.577)		(4.577)
Variação cambial de empresas no exterior	12									6.340		6.340		6.340
Dividendos ARCA 23 de outubro de 2023														(13.523)
Destinação do saldo negativo lucro (prejuízo) na alienação de ações														-
Destinação de prejuízos acumulados para reserva de liquidez														-
Destinações:														
Constituição de reserva legal	20.b									(194)				-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	20.c									923	(923)			-
Constituição de reserva de liquidez item IV do artigo 31 do estatuto	20.b									2.767	(2.767)			-
Saldos em 31 de março de 2024		187.000	-	4.649	-	-	137.271	923	-	3.603	(17.790)	315.656	-	315.656
Lucro líquido do exercício										9.471		9.471		9.471
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego										1.845		1.845		1.845
Variação cambial de empresas no exterior	12									(233)		(233)		(233)
Pagamento de dividendos AGOE 30 de julho de 2024														(10.115)
Destinações:														
Constituição de reserva legal	20.b									(474)				-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	20.c									2.249	(2.249)			-
Constituição de reserva de liquidez item IV do artigo 31 do estatuto	20.b									6.748	(6.748)			-
Saldos em 31 de março de 2025		187.000	-	5.123	-	-	134.827	2.249	-	5.215	(17.790)	316.624	-	316.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Promon S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	mar/25	mar/24	mar/25	mar/24
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	9.471	3.884	9.471	3.884
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:				
Equivalência patrimonial	12	(23.449)	(9.862)	(11.324)
Depreciações e amortizações		241	323	4.328
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.c	-	-	(900)
Imposto de renda e contribuição social corrente	29.c	-	-	3.589
(Reversão) para contingências	18.a	-	(53)	(2.941)
Crédito de indébito tributário - PIS e COFINS		-	-	(1.107)
Participação de administradores e funcionários no resultado		-	1.502	2.310
Constituição de perdas esperadas em contas a receber e outros créditos	9	-	-	7.124
Juros sobre empréstimos	13	3.552	4.418	3.972
Reversão valor não recuperável sobre impostos a recuperar		-	-	2.708
Juros, variações monetárias e variações cambiais, líquidos		(582)	(1.185)	(2.865)
Perda na alienação de imobilizado e intangível		-	-	113
Ganho na venda de participações em investimentos		-	(11.778)	-
Outros		9	38	-
		(10.758)	(12.713)	14.478
				23.771
(Aumento) redução de ativos				
Contas a receber de clientes		-	-	27.158
Impostos a recuperar		(244)	(520)	1.002
Outros créditos		282	(52)	5.762
Depósitos judiciais		(63)	16	(386)
Adiantamentos a fornecedores		2	510	(9)
				(3.402)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores		(404)	242	48
Salários, férias e encargos sociais a recolher		(229)	53	435
Impostos a recolher		(5)	91	(6.364)
Adiantamentos de clientes		-	-	(4.940)
Participações de empregados a pagar		(712)	-	(9.103)
Benefícios a empregados		(9)	-	(3.400)
Receita diferida		-	-	(16.812)
Outras contas a pagar		36	(35)	(1.938)
				4.155
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(12.104)	(12.408)	9.331
Juros pagos de empréstimo	13	(3.572)	(4.371)	(4.027)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(462)
		(15.676)	(16.779)	4.842
				6.366
Fluxo de caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Aumento) de capital em controladas	12	(6.000)	-	-
Dividendos recebidos		-	26.999	-
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, líquidos		1.464	2.046	5.699
Aquisição de imobilizado e intangível		-	(62)	(1.019)
Resgate de ações em participação de coligada e controladas	12	2.683	1.516	-
Venda de participação em coligada		-	42.573	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(260)	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	8.027	-
		(1.853)	80.839	4.680
				54.219
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de passivo de arrendamento	14.b	(323)	(80)	(2.679)
Pagamento de dividendos		(10.115)	(13.523)	(10.115)
Pagamento de empréstimos com terceiros	13	(2.951)	(4.077)	(9.810)
Pagamento de empréstimos captados com parte relacionada		-	(446)	-
Captação de empréstimo com terceiros	13	-	-	7.350
		(13.389)	(18.126)	(22.604)
				(25.853)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento				
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(30.918)	45.934	(13.082)
				34.732
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		62.610	16.676	82.637
No fim do exercício		31.692	62.610	69.555
		(30.918)	45.934	(13.082)
				34.732
Operações que não envolvem caixa:				
Arrendamento - CPC 06 (R2)		32	892	173
Obrigação por benefício definido CPC 33		7	87	1.239
				4.733
				4.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Promon S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), com sede em São Paulo - Capital, controlada pela Promon Empreendimentos e Participações S.A., é a *holding* operacional que detém participação nas entidades listadas na tabela abaixo, por meio das quais se desenvolvem os principais negócios da organização:

Promon Engenharia Ltda. (controlada integral da **PHL Investimentos Ltda.**, empresa que consolida as iniciativas voltadas a engenharia e negócios correlatos), que atua no mercado de consultoria, engenharia, gerenciamento e soluções integradas com foco nos setores de Energia, Infraestrutura & Logística, Mineração & Metalurgia, Manufatura, Óleo & Gás e Química & Petroquímica.

A **PHL Investimentos Ltda.**, controlada integral da Companhia, também é controladora da **Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda.**, empresa em fase inicial de operação com menos de um ano de atividade, dedicada à prestação de serviços e soluções com foco em eficiência operacional e energética, e digitalização de ativos e operações nos setores de indústrias, energia, infraestrutura e imobiliário, e da **PETL Educação e Treinamento Ltda.**, empresa em fase pré-operacional, constituída com a finalidade de prestar serviços de treinamento em desenvolvimento profissional, técnico e gerencial, objetivando capacitar engenheiros por meio de uma plataforma de educação à distância com foco em engenharia aplicada.

Logicalis Latin America Holding S.A. (“LLAH”), em sociedade com Logicalis Group Ltd., que se dedica à prestação de serviços e soluções no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação, e titular de ações em companhias constituídas na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai.

Resultados operacionais

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração realizou avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível.

Em 31 de março de 2025, a controladora apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$ 21.937 (R\$ 59.670 positivo em 31 de março de 2024), lucro líquido de R\$ 9.471 (lucro líquido de R\$ 3.884 em 31 de março de 2024) e fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R\$ 15.676 (utilizado de R\$ 16.779 em 31 de março de 2024).

Nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$ 83.461 (R\$ 96.299 positivo em 31 de março de 2024), lucro líquido de R\$ 9.471 (lucro líquido de R\$ 3.884 em 31 de março de 2024) e fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$ 4.842 (proveniente de R\$ 6.366 em 31 de março de 2024).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2 Entidades da Promon S.A.

a. Participação societária

Empresas	País	Participação acionária	
		2025	2024
Controladas diretas			
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
PHL Investimentos Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
	Ilhas		
Promon Investment Corporation	Cayman	100,00%	100,00%
	Ilhas		
Promon International, Inc.	Cayman	100,00%	100,00%
Controladas indiretas			
Promon Engenharia Ltda. (i)	Brasil	100,00%	100,00%
STC Telecomunicações Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
PETL Educação e Treinamento Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Coligada			
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	Brasil	31,58%	31,58%

- (i) As demonstrações financeiras da controlada indireta Promon Engenharia Ltda., em 31 de março de 2025 e 2024, incluem os consórcios abaixo, que estão em fase de encerramento, e cujos ativos, passivos, receitas e custos estão reconhecidos em suas demonstrações financeiras proporcionalmente à sua participação em cada um deles:

Consórcios em fase de encerramento	% de participação	% de participação
	2025	2024
Consórcio SPE	40,00%	40,00%
Consórcio Niplan Promon	35,00%	35,00%
Consórcio SPS	33,30%	33,30%

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Em 26 de junho de 2025 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, quando necessário.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 12 – Investimentos em controladas e coligadas – equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida;

Nota explicativa nº 24 – Receita operacional líquida – trata do reconhecimento da receita de contrato com cliente ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 8 – Aplicações financeiras – reconhecimento e mensuração dos fundos de *private equity*;

Nota explicativa nº 9 – Contas a receber de clientes – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação do valor esperado de perda;

Nota explicativa nº 18 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – reconhecimento e mensuração de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa nº 24 – Receita operacional líquida – trata do reconhecimento da receita de contrato com cliente ao longo do tempo.

Nota explicativa nº 29 – Imposto de renda e contribuição social – reconhecimento de ativos fiscais diferidos com relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Não houve alteração no processo de mensuração do valor justo e nos níveis de hierarquia durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na **nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros**.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
- Títulos de dívida e patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de um plano de benefício definido reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, conforme **nota explicativa nº 19 – Benefícios pós-emprego**.

5 Políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. **Base de consolidação**

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permita à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Na consolidação são eliminados saldos e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);

Controladas no exterior

Os ativos, passivos e resultados de controladas são convertidos para real à taxa de câmbio na data de suas transações.

Coligadas no exterior

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, apresentadas no patrimônio líquido e consolidadas na coligada direta Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH).

c. Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

A Administração revisa continuamente os valores desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na sua experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Sendo tais evidências identificadas, é constituída provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

Provisões para perda esperada em contas a receber de clientes

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. A Administração presume que há aumento do risco de crédito de contas a receber de clientes quando o atraso de recebimento supera 90 dias. Nesse caso, analisa a necessidade de constituição de perda para ajuste ao valor recuperável. Além disso, quando o contrato está em execução, analisa a sua suspensão.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo não financeiro ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, exceto quanto ao contas a receber de clientes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, desde que o item não seja mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A classificação dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos e/ou contratados, é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado – VJR ou ao custo amortizado.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, além de qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. Essa mensuração é utilizada se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente - VJORA.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Também desreconhece quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia pode manter instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia e suas controladas não possuem derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia pode designar certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais relacionados a uma operação estrangeira.

e. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

f. Benefícios a empregados e ex-empregados

Planos de aposentadoria

Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas aos planos de aposentadoria de contribuição definida e benefício definido são reconhecidos pelo regime de competência, sendo que as reservas necessárias para cobertura dos benefícios do plano de benefício definido são calculadas pelo método de crédito unitário projetado elaborado por atuário independente e o plano de contribuição definida pelo regime financeiro de capitalização, conforme detalhes divulgados na **nota explicativa nº 31 – Fundação Promon de Previdência Social**.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são registradas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O Estatuto da Companhia prevê a destinação de parte dos lucros aos seus funcionários. Esse passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago.

Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados e aposentados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela Administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado, conforme detalhes divulgados na **nota explicativa nº 19 – Benefícios pós-emprego**.

A obrigação por benefício definido é mensurada ao seu valor presente pois podem ser liquidadas muitos anos após a prestação dos serviços pelos empregados.

Devido à inexistência de reconhecimento do passivo atuarial no balanço patrimonial da Companhia até o período anterior ao da adoção da nova política contábil, o reconhecimento inicial foi realizado no exercício findo em 31 de março de 2024 no patrimônio líquido na conta “Lucros acumulados”, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se o mesmo é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos" no balanço patrimonial.

A Companhia e suas controladas reconhecem os juros sobre arrendamentos como atividades de financiamentos no seu fluxo de caixa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

h. Impostos a recuperar

Representados principalmente por tributos e contribuições federais, atualizados a partir do exercício subsequente à sua apuração, quando houver previsão legal, e deduzidos de provisão para redução ao valor recuperável, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a prováveis perdas na sua realização, conforme demonstrado na **nota explicativa nº 10 – Impostos e contribuições a recuperar**.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

j. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e Mensuração

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

k. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

I. Operações com consórcios

Operações com consórcios referem-se aos negócios cujas atividades são, direta ou indiretamente, controladas pela Companhia e suas controladas em conjunto com outro(s) parceiro(s) de negócio, por meio de acordos ou contratos que exijam consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. As receitas e despesas são reconhecidas na proporção da participação da Companhia e suas controladas, assim como os ativos e passivos.

m. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Receita de serviços

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:

A Companhia e suas controladas determinaram que, para os serviços de projetos sob encomenda, o cliente controla todos os trabalhos em andamento à medida que os serviços são prestados. Isso ocorre porque, de acordo com esses contratos, os projetos/serviços são feitos de acordo com as especificações do cliente e, se um contrato for rescindido pelo cliente, a Companhia e suas controladas terão direito ao reembolso dos custos incorridos até a data, incluindo uma margem razoável.

As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas conforme fluxo de pagamento estabelecido em contrato. Os valores não faturados são apresentados como ativos de contrato.

Política de reconhecimento da receita:

A receita e os custos associados são reconhecidos ao longo do tempo - ou seja, antes que os serviços e projetos sejam concluídos e entregues aos clientes. O andamento do serviço é determinado com base no método dos custos incorridos.

No caso de a revisão de orçamento de contratos com clientes em andamento indicar resultado negativo, é constituída uma provisão da diferença entre o apropriado pelo progresso físico e a perda esperada total.

n. Receita diferida

A receita diferida compreende os valores provenientes da prestação dos serviços faturados antecipadamente para o cliente. O montante total da garantia e demais serviços são registrados como receita diferida e reconhecidos no resultado à medida em que as evidências de execução são reconhecidas e documentadas.

o. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de instrumentos, variações monetárias sobre ativos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros, registrados através do resultado do exercício. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros que são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

p. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal já constituída ou ainda não formalizada, apresentada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q. Imposto de renda e contribuição social corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

r. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízo, perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis até o limite provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

5.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não teve necessidade de adotar as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	92	285	3.290	2.975
Certificado de Depósitos Bancários e operações compromissadas pós-fixadas (i)	31.600	62.325	66.265	79.662
Total	31.692	62.610	69.555	82.637

- (i) Correspondem a aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata com remuneração média de 95% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de março de 2025 (100,7% em 31 de março de 2024).

7 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	2025	2024
Money Market (i)	146	121
Total	146	121

- (i) Os títulos e valores mobiliários compreendem as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata no exterior. A rentabilidade no exercício de 2025 foi de 5,0% (2,3% no exercício de 2024), quando apurada em dólar, com a redução dos recursos anteriormente mantidos nas aplicações em moeda estrangeira e concentração em ativos com maior liquidez, e de 20,6% (0,6% em 2024) quando apurada em Reais.

8 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo não circulante				
Fundos de private equity – Pátria Infraestrutura FIP				
Multiestratégia - Nacional	5.552	6.450	5.552	6.450
Fundos de private equity - Patria Infrastructure Fund II – Exterior	-	-	8.570	10.303
Total	5.552	6.450	14.122	16.753

Correspondem a aplicações financeiras no Brasil e no exterior. O rendimento ponderado positivo no exercício de 2025 em Reais foi de 4,3% (positivo de 1,9% em 2024), já considerado o impacto da variação cambial para a parcela no exterior.

9 Contas a receber de clientes

Abaixo apresentamos os saldos do contas a receber e adiantamentos de clientes, provenientes das controladas indiretas Promon Engenharia Ltda. e Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda.:

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes	29.275	59.033
Serviços a faturar	17.334	14.734
Provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa	(9.058)	(1.934)
Total	37.551	71.833

Composição dos saldos das contas a receber de clientes – a vencer e vencidos (Aging)

	2025	2024
A vencer	20.083	45.030
Vencidos de 1 a 30 dias	370	5.133
Vencidos de 31 a 60 dias	173	3.374
Vencidos de 61 a 90 dias	135	2.544
Vencidos de 91 a 180 dias	-	1.762
Vencidos a mais de 180 dias	8.514	1.190
Em 31 de março de 2025	29.275	59.033

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa através de análises de crédito de potenciais clientes, a diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, considerando se há dificuldade financeira relevante do devedor, mudanças adversas nas condições econômicas que se correlacionam com as inadimplências, experiência passada do devedor e esgotamento de negociação com o devedor. A Administração considera que, atualmente, o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, a qual está concentrada majoritariamente em um único cliente da controlada indireta Promon Engenharia Ltda., cujo saldo da dívida foi provisionado em sua totalidade e corresponde a cerca de 79% do total provisionado.

Movimentação da provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa

	2025	2024
Saldos no início do exercício	(1.934)	(635)
Adição	(7.176)	(1.328)
Reversão	52	29
Saldos no final do exercício	(9.058)	(1.934)

a. Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes, registrados no passivo circulante, referem-se, em sua maioria, a pagamentos efetuados pelos clientes em função de eventos contratuais e serviços a incorrer e que serão compensados até o término do projeto, sendo que tais serviços ainda não foram prestados de acordo com o progresso do projeto. O montante de adiantamentos de clientes em 31 de março de 2025 é de R\$ 12.582 (R\$ 17.522 em 31 de março de 2024), referentes à controlada indireta Promon Engenharia Ltda.

10 Impostos e contribuições a recuperar

a. Impostos a recuperar

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2025	2024	2025	2024
PIS e COFINS (i)	13.092	7.287	8.820	22.284
INSS (ii)	11.956	3.810	-	-
Outros	1.014	620	-	-
Total	26.062	11.717	8.820	22.284

- (i) A controlada indireta Promon Engenharia Ltda. possui algumas ações e mandados de segurança relacionados ao direito de reaver os valores pagos a título da contribuição ao PIS e da COFINS, em função da inclusão indevida do ICMS nas suas bases de cálculo, no período compreendido entre dezembro de 2001 até hoje. Sobre o montante restante de recuperação de impostos no valor de R\$ 17, foi reconhecido passivo fiscal diferido de R\$ 2 (R\$ 3.736 em 31 de março de 2024), conforme **nota explicativa nº 29.a – Imposto de renda e contribuição social diferido**.

- (ii) Composição do INSS a recuperar:

	2025	2024
FAP (a)	1.415	1.415
INSS sobre 1/3 férias (b)	8.899	773
Outros	1.642	1.622
Total do crédito de INSS	11.956	3.810

- (a) O valor de R\$ 1.415 refere-se aos fatores de FAP adotados para o recolhimento do SAT que são atribuídos pelo Ministério da Previdência Social, na controlada indireta Promon Engenharia Ltda., que apresentou impugnações administrativas e judiciais em relação ao FAP equivocadamente calculados atribuídos para diversos exercícios e aguarda decisão.
- (b) O montante em 31 de março de 2025 de R\$ 8.899 (R\$ 773 em 31 de março de 2024), refere-se ao saldo de INSS a recuperar sobre 1/3 férias da controlada indireta Promon Engenharia Ltda. Em 12 de junho de 2024, o STF julgou a ação judicial de forma favorável, dessa forma, todas as ações individuais ou coletivas sobre a matéria ajuizadas até 15 de setembro de 2020 (modulação dos efeitos), que impugnaram a rubrica do terço de férias até referida data, albergarão os contribuintes para que façam jus ao proveito econômico da rubrica pela não incidência da contribuição previdenciária patronal. Diante da decisão acima, a probabilidade de perda se tornou remota, portanto, houve a reversão da provisão. Segue abaixo a movimentação do INSS sobre 1/3 férias:

Saldos em 01 de abril de 2024	773
Baixa de créditos prescritos (nota 27)	(773)
Reversão de provisão (nota 27)	6.383
Atualização dos créditos (nota 28)	3.626
Compensação de créditos	(1.110)
Saldos em 31 de março de 2025	8.899

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2025	2024
IRPJ e CSLL (i)	8.072	9.645
Total	8.072	9.645

(i) Os créditos de tributos e contribuições federais podem ser utilizados para compensação de débitos, vencidos ou vincendos, de mesma natureza.

Movimentação do Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Saldos em 31 de março de 2024	9.645
Constituição referente ano-calendário 2024	5.896
Constituição referente ano-calendário 2025	1.211
Compensações Perdcomp	(3.749)
Atualização monetária (Selic)	450
Antecipações	686
Transferência saldo negativo ano-calendário 2024	(6.067)
Saldos em 31 de março de 2025	8.072

11 Outros créditos

	Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	2025	2025	2024	2024
	2025	2025	2024	2024
Seguros e Garantias (i)	3.813	-	5.448	-
Outras despesas antecipadas (ii)	5.298	-	7.560	-
Créditos oriundos de processos tributários (Federais)	-	175	-	171
Transações com consorciadas (iii)	-	735	1.188	-
Crédito a receber de processo judicial (iv)	-	-	1.703	-
Dividendos a receber (v)	1.151	-	-	-
Outros	731	-	425	19
Total	10.993	910	16.324	190

- (i) Contratação de seguro garantia judicial, como alternativa ao depósito judicial para assegurar o cumprimento de processos em fase de discussão judicial de suas controladas;
- (ii) Despesas antecipadas com assinaturas de softwares e IPTU;
- (iii) Transações com consorciadas da controlada indireta Promon Engenharia Ltda;
- (iv) O valor reconhecido no exercício findo em 31 de março de 2024, advém de crédito decorrente de processo cível que foi totalmente recebido pela controlada indireta Promon Engenharia Ltda. em 25 de março de 2025;
- (v) Dividendos a receber da coligada Logicalis Latin America Holding S.A.

12 Investimentos em controladas e coligadas

a. Principais dados dos investimentos da controladora em 31 de março de 2025 e 2024

	Saldos em						Participação - %	
	Investimentos		31 de março de 2025		Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Participação - %	
	2025	2024	Patrimônio líquido	Capital social			Direta	Consolidada
Empresas controladas								
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	19.992	19.800	19.992	4.911	192	192	100,00%	100,00%
PHL Investimentos Ltda.	76.300	58.544	76.943	65.397	11.176	10.532	100,00%	100,00%
Promon International, Inc.	759	702	759	244	57	57	100,00%	100,00%
Promon Investment Corporation	10.051	11.390	10.052	12.800	1.344	1.344	100,00%	100,00%
Empresas coligadas								
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	184.611	174.066	590.945	560.851	36.529	11.324	31,58%	31,58%
Ágio – Goodwill (PLLAL)	4.653	4.653						
Total	<u>296.366</u>	<u>269.155</u>				<u>23.449</u>		

	Investimentos		Saldos em 31 de março de 2024			Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Participação - %	
	2024	2023	Patrimônio líquido	Capital social	Direta			Consolidada	
Empresas controladas diretas									
Promon Engenharia Ltda.	-	34.685	-	-	19.122	19.122	100,00%	100,00%	
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	19.800	23.168	19.800	4.911	1.470	1.470	100,00%	100,00%	
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	-	18.209	-	-	-	1.895	100,00%	100,00%	
PHL Investimentos Ltda.	58.544	-	58.544	59.397	1.650	1.650	100,00%	100,00%	
Promon International, Inc.	702	853	702	244	(151)	(151)	100,00%	100,00%	
Promon Investment Corporation	11.390	13.538	11.390	15.482	(632)	(632)	100,00%	100,00%	
Empresas coligadas									
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	174.066	214.990	558.798	560.851	(41.026)	(13.492)	31,58%	31,58%	
Ágio (Goodwill) – PLLAL	4.653	4.898							
Total	<u>269.155</u>	<u>310.341</u>				<u>9.862</u>			

b. Movimentação dos saldos dos investimentos da controladora

	2024	Aumento	Resgate	Equivalência	Outros	2025	
		de capital	de ações	Patrimonial	resultados		
Empresas controladas							
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	19.800	-	-	192	-	-	19.992
PHL Investimentos Ltda.	58.544	6.000	-	10.532	1.223	-	76.300
Promon International, Inc.	702	-	-	57	-	-	759
Promon Investment Corporation	11.390	-	(2.683)	1.344	-	-	10.051
Empresas coligadas							
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	174.066	-	-	11.324	(233)	(1.151)	605
Ágio - Goodwill (PLLAL)	4.653	-	-	-	-	-	4.653
Total	269.155	6.000	(2.683)	23.449	990	(1.151)	605
							296.366

	Aumento de capital	Resgate de ações	Equivalência Patrimonial	Outros resultados abrangentes	Amortização de mais valia	Dividen dos	Transfe rências	Venda de participação de investimentos	Outros	2024	
	2023										
Empresas controladas											
Promon Engenharia Ltda.	34.685	8.437	-	19.122	-	-	(2.837)	(59.396)	-	(11)	
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	23.168	-	-	1.470	-	-	(4.838)	-	-	19.800	
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	18.209	-	-	1.895	-	-	(16.478)	(3.626)	-	-	
São Luiz Telecomunicações Ltda.	-	-	-	-	-	-	4.838	(4.812)	-	(26)	
PHL Investimentos Ltda.	-	59.396	-	1.650	(2.503)	-	-	1	-	58.544	
Promon International, Inc.	853	-	-	(151)	-	-	-	-	-	702	
Promon Investment Corporation	13.538	-	(1.516)	(632)	-	-	-	-	-	11.390	
Empresas coligadas											
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	214.990	-	-	(13.492)	6.340	-	(984)	-	(30.795)	(1.993)	
Ágio (Goodwill) – PLLAL	4.898	-	-	-	-	(245)	-	-	-	4.653	
Total	310.341	67.833	(1.516)	9.862	3.837	(245)	(20.299)	(67.833)	(30.795)	(2.030)	269.155

c. Composição dos investimentos apresentados nos balanços patrimoniais consolidados em 31 de março de 2025 e 2024

	Investimentos		Equivalência Patrimonial	
	2025	2024	2025	2024
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	184.611	174.066	11.324	(13.492)
Promon-Logicalis Latin America Ltd. (PLLAL)	4.653	4.653	-	-
Total	189.264	178.719	11.324	(13.492)

d. Demonstração resumida dos saldos das controladas diretas e coligadas

	2025				
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Controladas diretas e indiretas					
Promon Engenharia Ltda.	89.472	54.486	55.474	16.090	72.394
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	6.419	16.930	439	2.918	19.992
STC Sistemas e Telecomunicações Ltda.	17.058	-	151	-	16.907
Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda.	966	-	755	67	144
PHL Investimentos Ltda.	3.687	72.621	8	-	76.300
PETL Educação e Treinamento Ltda.	84	-	-	-	84
Promon International, Inc.	759	-	-	-	759
Promon Investment Corporation	10.051	-	-	-	10.051
Coligada					
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	4.562	592.582	6.199	-	590.945
	2024				
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Controladas diretas e indiretas					
Promon Engenharia Ltda.	104.053	70.041	91.166	24.384	58.544
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	6.914	16.184	541	2.757	19.800
Promon International, Inc.	702	-	-	-	702
Promon Investment Corporation	11.435	-	45	-	11.390
PHL Investimentos Ltda.	1	58.544	1	-	58.544
PCOD Consultoria e Tecnologia Ltda.	1	-	-	-	1
PETL Educação e Treinamento Ltda.	1	-	-	-	1
Coligada					
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	4.441	560.795	6.438	-	558.798

e. Teste de impairment do ágio

Em 31 de março de 2025 e 2024, o saldo do ágio é de R\$ 4.653. Foram efetuados testes de recuperação, resultando em comprovação do retorno econômico sobre os ativos operacionais.

13 Empréstimos

Moeda nacional	Juros (a.m.)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Empréstimo Daycoval (i)	CDI + 0,54% a.m.	07/2026	17.883	20.854	17.883	20.854
Empréstimo Daycoval (ii)	0,90% a.m.	08/2024	-	-	-	740
Empréstimo ABC (iii)	CDI + 0,43% a.m.	01/2025	-	-	-	6.154
Total			17.883	20.854	17.883	27.748
Circulante			9.655	283	9.655	7.177
Não circulante			8.228	20.571	8.228	20.571

- (i) Em abril de 2022 a Companhia contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R\$ 24.462, com vencimento em julho de 2026, após renegociação, ao custo de CDI + 0,54% a.m. O empréstimo contratado junto ao Daycoval contém as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de cotas e rendimentos do fundo Promon Fundo de Investimentos em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado; (ii) cessão fiduciária de aplicação financeira (CDB); (iii) “pledge” sobre as cotas e rendimentos do fundo Patria Infrastructure Fund, L.P.
- (ii) Em agosto de 2020 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R\$ 5.256, com vencimento em agosto de 2024 ao custo de 11,35% a.a., garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (“FGI”) correspondente a 80% do valor do crédito e aval complementar da Promon S.A.
- (iii) Em julho de 2023 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco ABC o montante de R\$ 7.350, com vencimento em janeiro de 2025 ao custo de CDI + 0,43% a.m.

Cláusulas restritivas

Apesar de não conter cláusulas restritivas atrelados a índices financeiros, os contratos financeiros vigentes celebrados pela Companhia e suas controladas preveem cláusulas usuais de vencimento antecipado. A Companhia monitora constantemente o cumprimento das referidas obrigações e não identificou nenhum evento de não conformidade no exercício.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de abril de 2023	24.884	37.863
Captações	-	7.350
Pagamento principal	(4.077)	(17.288)
Pagamento de juros	(4.371)	(6.704)
Juros apropriados no resultado (nota 28)	4.418	6.527
Saldos em 31 de março de 2024	20.854	27.748
Pagamento principal	(2.951)	(9.810)
Pagamento de juros	(3.572)	(4.027)
Juros apropriados no resultado (nota 28)	3.552	3.972
Saldos em 31 de março de 2025	17.883	17.883

14 Arrendamentos

A Companhia e sua controlada indireta Promon Engenharia Ltda. arrendam imóveis não residenciais. O arrendamento na Companhia tem um prazo acordado de quatro anos, com término previsto para novembro de 2027, com opção de renovação após este período. Na controlada indireta Promon Engenharia Ltda. normalmente é acordado para um prazo de dez anos, com opção de renovação após este período, sendo que o contrato atual foi renovado com novo término previsto para outubro de 2028. As parcelas de arrendamento são reajustadas monetariamente a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. O arrendamento prevê reajuste anual do valor do aluguel, baseado em alterações do índice geral de preços. Ao mensurar os passivos de arrendamento, A Companhia e a referida controlada indireta descontaram os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental. A taxa média de desconto utilizada, em 31 de março de 2025 e 2024, foi de 1,47% a.m.

A partir de setembro de 2021, a referida controlada indireta celebrou contratos de leasing referentes a computadores e softwares. Os arrendamentos foram acordados para um prazo de cinco anos. Ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, a controlada descontou os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa média de desconto, em 31 de março de 2025 e 2024, de 1,47% a.m.

As informações sobre arrendamentos nos quais a Companhia e a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. são as arrendatárias são apresentadas abaixo:

a. Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo do ativo de direito de uso no início do exercício	817	-	6.699	3.810
Despesa de depreciação do exercício	(228)	(76)	(1.851)	(1.844)
Adição de ativos de direito de uso	32	893	173	4.733
Saldo do ativo de direito de uso no final do exercício	621	817	5.021	6.699

Em 31 de março de 2025 e 2024, os ativos de direito de uso consistem, principalmente, em contratos de aluguéis de imóveis.

b. Movimentação do passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldos no início do exercício	851	-	7.186	3.958
Adição - reajuste aluguel	32	-	173	-
Adição - contratos de leasing	-	892	-	4.733
Juros (nota 28)	136	39	1.164	887
Pagamentos de contraprestação de arrendamentos	(323)	(80)	(2.679)	(2.392)
Saldos no final do exercício	696	851	5.844	7.186
Circulante	233	203	1.903	1.519
Não circulante	463	648	3.941	5.667

O fluxo nominal (não descontado) dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Maturidade dos contratos	Controladora	Consolidado
Vencimento em:		
2026	337	2.783
2027	337	2.525
2028	197	1.570
2029	-	628
Total valores não descontados	871	7.506
Juros embutidos	(175)	(1.662)
Em 31 de março de 2025	696	5.844

Maturidade dos contratos	Controladora	Consolidado
Vencimento em:		
2025	322	2.653
2026	322	2.718
2027	322	2.460
2028	187	1.512
2029	-	603
Total valores não descontados	1.153	9.946
Juros embutidos	(302)	(2.760)
Em 31 de março de 2024	851	7.186

No exercício findo em 31 de março de 2025, a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. reconheceu despesas com arrendamentos operacionais no montante de R\$ 441 (R\$ 716 em 2024) correspondente aos contratos que não atenderam os critérios do CPC 06 (R2).

15 Salários, férias e encargos sociais a recolher

	Consolidado	
	2025	2024
Provisão de férias	10.395	11.568
Provisão de 13º salário	1.573	1.847
Imposto de renda sobre salários	906	1.015
INSS	1.546	1.660
INSS sobre terceiros (i)	9.721	6.810
FGTS	390	456
Outros	1.495	2.235
	26.026	25.591

- (i) Em junho de 2020 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. impetrou um mandado de segurança (Nº 5010257-12.2020.4.03.6100), com pedido liminar, para que as contribuições destinadas a terceiros fossem limitadas a 20 (vinte) salários-mínimos. Essa medida foi concedida parcialmente, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente à diferença entre a cobrança das contribuições parafiscais destinadas a terceiros (INCRA, SEBRAE, SESI e SENAI) calculada sobre o valor total da folha de salários e aquela calculada considerando a correta aplicação da base de cálculo com a limitação ao valor de 20 (vinte) salários-mínimos vigentes ao tempo do fato gerador para sua apuração. Não foi concedida liminar para suspender a exigibilidade do salário educação. A decisão foi confirmada em sentença proferida em dezembro de 2020. O Mandado de Segurança permanece na fila da conclusão, aguardando o julgamento dos recursos de Apelação interpostos pela referida controlada indireta e pela União. No exercício encerrado em 31 de março de 2025, foi reconhecido o montante de R\$ 2.911 a título de atualização monetária, conforme **nota explicativa nº 28 – Resultado financeiro**.

16 Impostos e contribuições a recolher

a. Impostos a recolher

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2025	2024	2025	2024
PIS e COFINS	2.860	1.747	-	826
ISS	508	1.175	-	-
Outros	317	296	22	256
Total	3.685	3.218	22	1.082

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025		2024	
	IRPJ e CSLL	Total	IRPJ e CSLL	Total
	159	159	2.803	2.803

17 Receita diferida

	2025		2024	
	Serviços prestados (i)	Total	Serviços prestados (i)	Total
	3.697	3.697	20.509	20.509

(i) Referem-se à valores provenientes da prestação dos serviços faturados antecipadamente ao cliente pela controlada indireta Promon Engenharia Ltda. O montante total dos serviços prestados é registrado como receita diferida e reconhecido no resultado à medida que as evidências de execução dos serviços são reconhecidas e documentadas.

18 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é demonstrada a seguir:

	Saldos em		Adição	Reversão	Atualização	Saldos em	
	2024	2025				2024	2025
Tributários	5.871	11	(326)	682	6.238		
Trabalhistas	214	-	-	7	221		
Cíveis	6.780	-	(1.633)	1	5.148		
Trabalhistas de consórcios	1.465	-	(993)	-	472		
Total	14.330	11	(2.952)	690	12.079		

	Saldos em 2023	Adição	Reversão	Atualização	Saldos em 2024
Tributários	6.061	-	(276)	86	5.871
Trabalhistas	149	126	(63)	2	214
Cíveis	7.939	-	(1.160)	1	6.780
Trabalhistas de consórcios	2.542	-	(1.077)	-	1.465
Total	<u>16.691</u>	<u>126</u>	<u>(2.576)</u>	<u>89</u>	<u>14.330</u>

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir prováveis perdas nos processos de natureza cível, trabalhista e tributária em discussão pela Companhia e suas controladas.

Os valores da provisão são compostos, em sua maioria, por honorários advocatícios de êxitos referentes aos processos.

b. Passivos contingentes – possíveis

As questões de natureza tributária, cível e trabalhista que, com base na avaliação dos assessores jurídicos externos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda “possível”, perfazem o montante de R\$ 1.119.456 (R\$ 915.246 em 2024), correspondentes a 64 (64 em 2024) processos. Tal montante divide-se em R\$ 226.156 (R\$ 211.998 em 2024) para demandas administrativas e judiciais de natureza tributária, referentes a 37 (36 em 2024) processos; R\$ 892.139 (R\$ 699.880 em 2024) para demandas cíveis, referentes a 8 (7 em 2024) processos; R\$ 469 (R\$ 2.453 em 2024) para questões trabalhistas próprias, referentes a 6 (5 em 2024) processos e R\$ 692 para questões trabalhistas de consórcios (R\$ 914 em 2024), relativas a 13 processos (16 em 2024). Para essas questões nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O total apresentado correspondente a R\$ 1.119.456 de perda “possível”, representa o montante consolidado (controladora e controladas), sendo que a controladora Promon S.A. possui apenas 1 processo de natureza tributária (3 em 2024), de valores não materiais que somam R\$ 37 perda “possível” (R\$ 469 em 2024), já incluídos neste total.

Principais processos de natureza cível da controlada indireta Promon Engenharia Ltda.

Há em andamento quatro processos administrativos perante o Tribunal de Contas da União – TCU com a finalidade de apurar a economicidade de contratos executados por consórcios dos quais a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. fez parte. Para esses processos nenhuma provisão foi constituída. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos, um processo tem classificação de perda remota e três processos classificação de perda possível.

Dentre os processos com classificação de perda possível, dois deles que se encontram atualmente em fase de recurso com efeito suspensivo, representam, com base em avaliação dos assessores jurídicos externos, como risco de perda possível os montantes de R\$ 242 milhões (R\$ 231 milhões em 2024), e R\$ 233 milhões (valor inestimável em 2024), respectivamente, já incluídos no valor total apresentado nesta nota explicativa.

Já com relação ao terceiro processo, foi proferida decisão de primeira instância administrativa pelo TCU apurando a economicidade do contrato com base em referenciais de preço que não refletem a integralidade dos insumos e as exigências contratuais. Encontra-se pendente de julgamento recurso com efeito suspensivo. Com base em avaliação dos assessores jurídicos externos, o processo representa risco de perda possível no montante de R\$ 413 milhões (R\$ 468 milhões em 2024), já incluído no valor total apresentado nesta nota explicativa.

Trata-se de processos administrativos cuja decisão final depende de ação judicial para sua execução, podendo também ser questionada judicialmente.

Em dezembro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) instaurou processo administrativo de natureza concorrencial contra oitenta pessoas físicas e jurídicas, dentre as quais a controlada indireta Promon Engenharia Ltda., visando investigar eventuais condutas passíveis de constituir infração à ordem econômica. A referida controlada indireta apresentou sua defesa tempestivamente. O processo encontra-se suspenso por ordem judicial, ainda pendente de julgamento. De acordo com a Lei 12.529/11, que regulamenta referido processo, eventuais penalidades que possam advir do mesmo podem variar entre 0,1% e 20% do faturamento bruto no ano anterior ao de instauração do processo (2014), equivalendo, em 31 de março de 2025, aos valores de R\$ 455 mil a R\$ 89 milhões (R\$ 395 mil a R\$ 80 milhões em 2024). Para este processo nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que, segundo a avaliação dos assessores jurídicos trata-se de perda possível e, nesta fase, não há como saber se haverá condenação e, se houver, qual o percentual da multa.

Em 2017 foi ajuizada Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa pela Advocacia Geral da União – AGU contra a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“Odebrecht”), várias pessoas físicas relacionadas àquela empresa, agentes públicos, bem como empresas que executaram contratos em consórcio com a Odebrecht, dentre as quais a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. O Tribunal Regional da 4ª Região - TRF4 afastou o recebimento da ação em relação à referida controlada indireta em setembro de 2018. Não obstante, a juíza de primeiro grau ratificou, indevidamente, decisões anteriormente proferidas que já haviam sido revertidas pelo TRF4, em desrespeito à regra de preclusão hierárquica. A Promon Engenharia Ltda. apresentou agravo de instrumento contra tal decisão, ao qual foi concedido efeito suspensivo pelo TRF4, suspendendo os efeitos da decisão de primeiro grau. Em sessão realizada em 25.02.2025 para julgamento do agravo de instrumento da controlada indireta, foi reconhecida a incompetência da Justiça Federal de Curitiba e determinada a remessa do processo à Subseção Judiciária do Rio de Janeiro, mantido o deferimento do efeito suspensivo concedido inicialmente até a apreciação do agravo de instrumento pelo juízo competente. A União apresentou Recurso Especial em 14 de abril de 2025, requerendo efeito suspensivo, pleiteando a manutenção da competência da Justiça Federal de Curitiba para o julgamento da ação, ainda pendente de julgamento. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos, não é possível no momento fazer qualquer estimativa de valor de perda para esse processo.

Principais processos de natureza tributária de controladas

Ações judiciais envolvendo temas referentes: o ISS na revenda de software e emissões de notas fiscais com redução da base de cálculo, ISS e o conflito de competência entre municípios, o PIS e COFINS incidentes sobre a diferença entre o valor das receitas constituídas e o faturamento, INSS na prestação de serviços, II e IPI vinculado à importação decorrente de classificação tarifária e ICMS sobre operação de importação de mercadorias, pedido de compensação de saldo negativo de IRPJ, totalizando R\$ 209.767 em 31 de março de 2025 (R\$ 189.084 em 31 de março de 2024).

c. Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante refere-se aos processos cuja probabilidade de perda da ação é possível ou remota e, portanto, não há provisão para contingência constituída. O saldo é composto por:

	Consolidado	
	2025	2024
Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) (i)	18.479	17.730
Fator Accidentário de Prevenção (FAP) (ii)	4.610	4.599
Fiscal (iii)	5.962	5.987
Trabalhista	154	106
Outras	60	457
Total	29.265	28.879

- (i) Depósitos mensais para garantir ação que objetiva declarar a ilegalidade e a inconstitucionalidade da alteração do enquadramento do risco da atividade da Companhia e da sua controlada indireta Promon Engenharia Ltda. (CNAE) para fins de recolhimento do SAT. Não houve atualização do processo durante o exercício findo em 31 de março de 2025.
- (ii) Depósitos para garantir ações da controlada indireta Promon Engenharia Ltda. que visam reconhecer a nulidade do FAP a ela atribuído para vários exercícios por erros em sua apuração. Não houve atualização do processo durante o exercício findo em 31 de março de 2025.
- (iii) Depósito para garantir ações de natureza tributária do Estado do Rio de Janeiro nºs 0000832-80.2019.8.19.0028 e 0011454-82.2023.8.19.0028 contra o consórcio SPS do qual a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. tem participação de 33,30% R\$ 5.962 em 31 de março de 2025 e 2024.

19 Benefícios pós-emprego

A Companhia, suas controladas indiretas Promon Engenharia Ltda. e Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda. e a coligada Logicalis Latin America Holding S.A. são as estipulantes de um plano de assistência à saúde, contratado junto à Bradesco Saúde S.A. que abrange os empregados atuais assim como ex-empregados e seus dependentes, conforme regras do plano, cuja relação de trabalho com a Companhia e suas controladas já se extinguiram.

Por imposição dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, os ex-empregados são mantidos no plano de saúde, contratado pela ex-empregadora, pelos prazos previstos nos referidos artigos, mediante o pagamento integral do custo do prêmio do plano em razão de terem contribuído para ele antes da extinção do seu vínculo empregatício ou por autorização, anterior à Lei nº 9.656/98, concedida pela Fundação Promon de Previdência Social (“FPPS”) a seus assistidos aposentados.

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para benefícios pós-emprego (“Passivo atuarial”) relacionada ao plano de saúde para os aposentados elegíveis, cujo plano é classificado como “obrigação por benefício definido” de acordo com norma contábil CPC 33 (R1).

Os valores relacionados a esses benefícios estão baseados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela Administração em 31 de março de 2025.

Movimentação da obrigação por benefício definido

Saldos em 01 de abril de 2024	2.833
Incluídos em outros resultados abrangentes	
Perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(1.239)
Incluídos no resultado	
Obrigação por benefício definido - Reconhecimento inicial	59
Despesa de juros (nota 28)	225
Saldos em 31 de março de 2025	1.878

As principais hipóteses atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas:

	2025	2024
	%a.a.	% a.a.
Taxa de desconto	11,83	9,59
Taxa de inflação (longo prazo)	4,00	3,50
Taxa média de inflação médica	5,17	5,17
Taxa média de crescimento dos custos médicos (HCCTR)	2,74	2,74
Taxa média de crescimento da contribuição/prêmio	1,37	1,37

Hipóteses demográficas:

- Tábua de Mortalidade – AT2000 Basic, segregada por sexo, suavizada em 20%
- Tábua de Entrada em Invalidez – Mercer Disability UP1984, modificada
- Taxa de Rotatividade – Experiência Multiflex 2015-2023

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade em 31 de março de 2025, apresentada a seguir, demonstra como a obrigação de benefícios pós-emprego seria afetada, na data do balanço, considerando mudanças razoavelmente possíveis em cada uma das premissas atuariais consideradas relevantes (taxa de desconto e custos médicos), mantendo as outras premissas constantes:

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1%	(320)	diminuição 1%	344
HCCTR	diminuição 1%	(320)	aumento 1%	359

Esta análise apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que é possível que tal mudança não ocorra de forma isolada, podendo ter correlação com as demais premissas adotadas.

Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social e reserva de capital

Capital Social

Em 31 de março de 2025 e 2024, o capital social é de R\$ 187.000, composto por 130.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 81.843.591 ações pertencentes à Promon Empreendimentos e Participações S.A., 40.012.013 ações pertencentes a acionistas pessoas físicas e 8.144.396 ações em tesouraria.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Reserva constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76. Pode ser utilizada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos. Em 31 de março de 2025, o saldo é R\$ 5.123 (R\$ 4.649 em 31 de março de 2024).

Reserva de liquidez

Reserva estatutária prevista no Art. 31 do Estatuto Social da Companhia destinada (i) a dar flexibilidade à Companhia para atendimento de obrigações de curto e médio prazo que exijam disponibilidade de caixa, inclusive para aquisição das próprias ações e para amortização de dívidas da Companhia ou de sociedades por ela controladas, (ii) à realização de investimentos em bens do ativo não circulante, (iii) a reforço do capital de giro da Companhia ou de sociedades por ela controladas, (iv) à manutenção da operação dos negócios da Companhia e/ou de sociedades por ela controladas, bem como (v) à cobertura de obrigações financeiras relativas ou decorrentes de processos judiciais e administrativos em que a Companhia ou em que sociedades por ela controladas sejam partes.

O saldo da reserva de liquidez poderá ser utilizado para distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, pela Administração “ad referendum da Assembleia Geral”, para aumentar o capital social ou para absorção de prejuízos.

Após (i) utilização do saldo proveniente da reserva de liquidez para distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 9.192, conforme aprovado em AGOEs de 30 de julho de 2024; (ii) atribuição do dividendo mínimo obrigatório (item c. Dividendos propostos, abaixo); (iii) destinação à reserva de liquidez da parcela remanescente do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de março de 2025, equivalente a R\$ 6.748, o saldo da reserva de liquidez é de R\$ 134.827 (R\$ 137.271 em 31 de março de 2024).

c. Dividendos propostos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do período no montante de R\$ 2.249 em 31 de março de 2025 (R\$ 923 em 31 de março de 2024).

d. Ajustes de avaliação patrimonial

O valor apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2025 da Companhia é composto pelo resultado do efeito da variação cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras na coligada Logicalis Latin America Holding S.A., sociedade em que a Promon S.A. detém participação direta, no montante de R\$ 4.182 em 31 de março de 2025 (R\$ 4.415 em 31 de março de 2024).

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego apurados em avaliação conduzida por atuário independente (**nota explicativa nº 19 – Benefícios pós-emprego**), é de ganho no montante de R\$ 1.033 em 31 de março de 2025 (Perda de R\$ 812 em 31 de março de 2024) e são reconhecidos no patrimônio líquido na conta de “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

21 Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade com estrutura de capital adequada.

O caixa líquido consolidado da Companhia consolidado em 31 de março de 2025 e 2024, pode ser assim sumarizado:

	2025	2024
Total do passivo	97.161	144.812
Caixa e equivalente de caixa	(69.555)	(82.637)
Títulos e valores mobiliários	(146)	(121)
Dívida líquida	27.460	62.054
 Total do patrimônio líquido	 316.624	 315.656
 Índice de alavancagem	 0,09	 0,20

22 Instrumentos financeiros

a. Identificação dos principais Instrumentos financeiros:

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de março de 2025

	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total	Valor Justo Nível 2
Ativos					
Caixa e bancos	-	3.290	-	3.290	-
Equivalentes de caixa	66.265	-	-	66.265	66.266
Aplicação financeira	14.122	-	-	14.122	14.122
Títulos e valores mobiliários	146	-	-	146	146
Contas a receber	-	37.551	-	37.551	-
Outros recebíveis (i)	-	2.792	-	2.792	-
	80.533	43.633	-	124.166	80.533
Passivos					
Empréstimos	-	-	17.883	17.883	17.899
Fornecedores	-	-	2.470	2.470	-
Arrendamentos	-	-	5.844	5.844	-
Outras contas a pagar	-	-	8.526	8.526	-
	-	-	34.723	34.723	17.899

Em 31 de março de 2024

	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total	Valor Justo Nível 2
Ativos					
Caixa e bancos	-	2.975	-	2.975	-
Equivalentes de caixa	79.662	-	-	79.662	79.662
Aplicação financeira	16.753	-	-	16.753	16.753
Títulos e valores mobiliários	121	-	-	121	121
Contas a receber	-	71.833	-	71.833	-
Outros recebíveis (i)	-	3.315	-	3.315	-
	96.536	78.123	-	174.659	96.536
Passivos					
Empréstimos	-	-	27.748	27.748	27.772
Fornecedores	-	-	2.422	2.422	-
Arrendamentos	-	-	7.186	7.186	-
Outras contas a pagar	-	-	10.466	10.466	-
	-	-	47.822	47.822	27.772

(i) Não consideramos seguros garantias e despesas antecipadas.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das práticas de gerenciamento de risco da Companhia e reporta regularmente suas atividades ao Conselho de Administração.

As práticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar, analisar, mensurar e gerenciar os riscos aos quais está exposta.

c. Risco de crédito

Clientes: As diretrizes de vendas das controladas da Companhia, considera o nível de risco de crédito a que as controladas estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A análise de crédito de potenciais clientes, a diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes resulta em uma carteira com baixo risco de crédito.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas foi:

	Nota explicativa	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	69.555	82.637
Títulos e valores mobiliários	7	146	121
Aplicações financeiras	8	14.122	16.753
Contas a receber de clientes	9	37.551	71.833
Outros créditos (i)	11	2.792	3.315
Total		124.166	174.659

(i) Não consideramos seguros garantias e despesas antecipadas.

d. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica na busca de manutenção de caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros (incorridos e a incorrer) e do principal, dado que os juros remuneratórios contratuais são pré-fixados e pós-fixados.

31 de março 2025	Fluxo de caixa contratual - Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
	Total	Total	Total	Total	Total
Empréstimos	17.883	21.055	12.492	8.563	-
Fornecedores	2.470	2.470	-	-	-
Arrendamentos	5.844	7.506	2.783	2.525	2.198
Outras contas a pagar	8.526	8.526	-	-	-
Total	34.723	39.557	15.275	11.088	2.198

	Fluxo de caixa contratual - Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
31 de março 2024	Total				
Empréstimos	27.748	34.371	11.170	14.721	8.481
Fornecedores	2.422	2.422	-	-	-
Arrendamentos	7.186	9.946	2.653	2.718	4.575
Outras contas a pagar	10.466	10.466	-	-	-
Total	47.822	57.205	13.823	17.439	13.056

e. Risco de flutuação de preços praticados

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

f. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos de mercado, sendo os principais as variações de taxas de câmbio e taxas de juros que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros. Em 31 de março de 2025, os investimentos sujeitos a esse risco representavam 80% (96% em 31 de março de 2024) do total de caixa e equivalentes.

Por sua vez, os empréstimos e financiamentos sujeitos à variação do CDI representavam 100% (97% em 31 de março de 2024) do total das dívidas contratadas. No processo de gestão de riscos de mercado é feita a identificação, avaliação e implementação de estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

Análise de sensibilidade

	Taxa de juros	Consolidado	
		2025	2024
		CDI	CDI
Equivalentes de caixa		66.265	79.662
Empréstimos		(17.883)	(27.008)
Exposição líquida do balanço patrimonial		48.382	52.654

Descrição	Consolidado			
	Efeito para a Companhia	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
Alta da taxa de juros	Aumento das despesas	1.666	1.451	968
Queda da taxa de juros	Redução nas despesas	(1.666)	(1.451)	(968)

Situação provável - taxa CDI 14,15% (Fonte: Banco Central do Brasil – BCB)

Cenário I - variação de 3% na taxa de juros

Cenário II - variação de 2% na taxa de juros

Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas aplicações financeiras e seus empréstimos e financiamentos.

Parte das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são mantidas em operações vinculadas à variação do CDI. Em 31 de março de 2025, os investimentos sujeitos a esse risco representavam 67% (80% em 31 de março de 2024) do total de caixa e equivalentes monitorados tempestivamente pela Administração. Por sua vez, os empréstimos e financiamentos sujeitos à variação do CDI representavam 100% do total das dívidas contratadas.

Moeda estrangeira

Com o objetivo de diversificação de riscos, a Administração mantém valores mobiliários em moedas diferentes do Real no Brasil e no exterior. Monitora continuamente a flutuação dessas moedas e, em períodos de maior volatilidade, opta pela contratação de operações com derivativos. Derivativos também podem ser contratados com o objetivo exclusivo de proteção contra variações cambiais oriundas da exposição de suas operações no Brasil, por exemplo, para importações ou empréstimos bancários em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos e/ou transações envolvendo derivativos.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia segue abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Moeda de exposição	R\$	R\$
Títulos e valores mobiliários	USD	146
Aplicações financeiras	USD	8.570
Exposição líquida do balanço patrimonial	8.716	10.424
Exposição líquida	8.716	10.424

Análise de sensibilidade

A seguir está demonstrado o ganho (perda) que seria reconhecido no resultado na hipótese dos seguintes cenários se efetivarem no período de um ano:

Situação provável: considera as taxas correntes atuais, que indicam uma desvalorização do dólar em relação ao real da ordem de 1,6% (5,65).

Cenários II e III: consideram uma variação do real de 10% e 20%, respectivamente, contra cada uma das moedas em que há exposição.

Descrição	Consolidado			
	Efeito para a Companhia	Situação provável	Cenário II	Cenário III
Valorização do dólar	Ganho	n/a	872	1.743
Desvalorização do dólar	Perda	(137)	(872)	(1.743)

g. Risco de flutuação de preços praticados

A Companhia e suas controladas buscam neutralizar o risco de flutuação de preços adotando em seus contratos com clientes fórmulas de reajustes que capturem a variação dos custos de seus principais insumos, repassando aos fornecedores as mesmas condições ajustadas com os clientes.

23 Remuneração da Administração

O total acumulado das despesas com o grupo de dirigentes da Companhia foi de R\$ 4.712 em 31 de março de 2025 (R\$ 3.979 em 31 de março de 2024).

Em 30 de julho de 2024, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o limite global anual de remuneração da Administração da Companhia (que inclui os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia) de até R\$ 5.300.

24 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício, provenientes das controladas indiretas Promon Engenharia Ltda. e Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda.:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita operacional bruta	238.953	271.315
Impostos sobre vendas	(27.058)	(32.474)
Receita operacional líquida	211.895	238.841

25 Custo das vendas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	2025	2024
Salários e encargos	(82.021)	(86.273)
Serviços de terceiros (i)	(74.208)	(90.227)
Depreciação e amortização	(126)	(36)
Reversão de provisão de consórcios (nota 18.a)	993	1.077
Total	(155.362)	(175.459)

(i) Os principais serviços contratados que compõem a rubrica são: serviços de engenharia e gerenciamento de projetos, infraestrutura de espaço e sistemas, serviços de informática e soluções em tecnologia e custos com viagens e hospedagem.

Os custos das vendas e dos serviços prestados são referentes as controladas indiretas Promon Engenharia Ltda. e Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda.

26 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos	(9.114)	(10.441)	(40.338)	(47.785)
Serviços de terceiros	(6.287)	(7.603)	(17.996)	(16.395)
Depreciação e amortização	(241)	(78)	(2.708)	(2.469)
Total	(15.642)	(18.122)	(61.042)	(66.649)

27 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas				
Reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 18.a)	-	53	1.940	1.511
Crédito processos civil	-	-	-	1.653
Reversão de PCLD processos exclusão ICMS	-	-	-	4.397
Resultado na venda de investimento	-	11.533	-	11.533
Reversão de provisão de contratos onerosos	-	-	95	680
Reversão da provisão do crédito não realizável	-	-	2.709	152
Reversão de provisão do INSS a recuperar (nota 10.a.ii)	-	-	6.383	-
Outros	54	43	791	393
	54	11.629	11.918	20.319
Outras despesas				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 18.a)	-	-	(681)	(227)
PIS e COFINS sobre atualização indébito tributário	-	-	(46)	(28)
PIS e COFINS sobre outras receitas	(356)	(502)	(739)	(1.024)
Baixa de créditos prescritos (nota 10.a.ii)	-	-	(773)	-
Programa REFIS (i)	-	-	(1.473)	-
Provisão para perda de intangível (ii)	-	-	(1.492)	-
Provisão de contratos onerosos	-	-	(114)	(97)
Perda na venda de investimento	-	-	-	(133)
Outros	(34)	(14)	(477)	(296)
	(390)	(516)	(5.795)	(1.805)

- (i) Adesão ao Programa de Regularização Tributária do Estado de Minas Gerais, onde duas Execuções Fiscais que discutiam a exigência de ICMS pelo Estado de Minas Gerais incidente sobre operação de importação de mercadoria realizada pela sociedade Promon Tecnologia Ltda., situada no Estado do Rio de Janeiro, em razão do contrato de empreitada na modalidade EPC (Engineering - Procurement - Construction) celebrado entre a importadora e Angolgold para expansão da sua fábrica de ácido sulfúrico em Nova Lima/MG, ocasião em que a importadora Promon Tecnologia Ltda. cuidou de recolher o ICMS ao Estado em que situada (RJ). Assim, o Estado de Minas Gerais imputou a infração de importação indireta de mercadoria por empresa localizada em outra unidade da federação, com o objetivo prévio de ser destinada à autuada neste Estado, sem recolher o ICMS devido ao Estado de Minas Gerais.
- (ii) No exercício encerrado em 31 de março de 2025, a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. provisionou uma perda referente ao investimento realizado para estudo de implementação de uma Usina Termelétrica no valor total de R\$ 1.492.

28 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras (i)	5.599	4.869	7.269	7.860
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	-	472	-	472
Créditos oriundos de processos judiciais	-	-	40	901
Atualização do crédito de PIS e COFINS	-	-	1.046	1.495
Receita com atualização de impostos a recuperar	162	125	1.911	923
Atualização do INSS a recuperar (nota 10.a.ii)	-	-	3.626	-
Outras receitas	-	34	224	595
	5.761	5.500	14.116	12.246
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos (nota 13)	(3.552)	(4.418)	(3.972)	(6.527)
Atualização do processo fiscal (nota 15.i)	-	-	(2.911)	-
Comissões e despesas bancárias	-	-	(257)	(236)
Encargos de arrendamento mercantil (nota 14.b)	(136)	(39)	(1.164)	(887)
Juros sobre antecipações	-	-	(806)	(51)
Juros sobre parcelamento (Litígio Zero)	-	-	(498)	-
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(11)	(8)	(325)	(73)
Juros sobre benefícios pós-emprego (nota 19)	(10)	(6)	(225)	(211)
Outras despesas	(17)	(9)	(462)	(937)
	(3.726)	(4.480)	(10.620)	(8.922)
Receita e despesas com Variação cambial				
Variações cambiais de aplicações financeiras (ii)	-	-	2.411	(376)
Outros	(35)	11	439	(110)
	(35)	11	2.850	(486)

- (i) Em 2025 e 2024 os rendimentos são decorrentes de títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras de curto prazo e fundos de private equity – Pátria Infraestrutura FIP Multiestratégia e Pátria Infrastructure Fund II.
- (ii) Variação cambial dos investimentos das controladas Promon International Inc. e Promon Investment Corporation.

29 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social ativos diferidos pertencem a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. e em 31 de março de 2025 e 2024, possuem a seguinte composição:

	2025	2024
Ativo – Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisão para perda de ativos (i)	3.652	3.909
Provisões fiscais	1.129	1.059
Provisões trabalhistas	75	73
Provisões cíveis	1.750	2.305
Provisão de consórcios	160	498
Provisão para Benefícios pós-emprego	588	592
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar	2.765	3.700
Demais diferenças temporárias	43	861
Total ativo fiscal diferido	10.162	12.997
Compensação de saldos passivo (Nota 10.a)	(2)	(3.736)
Saldo líquido do IRPJ e CSLL diferidos no ativo não circulante	10.160	9.261

(i) Referem-se a provisões constituídas para perda/desvalorização de ativos.

Movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos

Saldos em 31 de março de 2024	9.261
Incluídos no resultado do exercício	
IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias	(1.900)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais	(935)
Reversão do IRPJ e CSLL diferidos sobre créditos de PIS e COFINS	3.734
Saldos em 31 de março de 2025	10.160

b. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 31 de março de 2025, a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. possuía prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL acumulados, cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. O valor acumulado de prejuízos fiscais e bases negativas somam R\$ 187.402 (R\$ 193.584 em 2024), que equivalem o total de R\$ 28.862 (29.874 em 2024) de imposto diferido.

A controlada indireta Promon Engenharia Ltda., suportada por estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização dos ativos fiscais diferidos, registrou em 31 de março de 2025 o valor de R\$ 2.765 (R\$ 3.700 em 31 de março de 2024) de imposto de renda e contribuição social diferido.

Foram consideradas as projeções de lucros tributáveis do plano de negócio da controlada indireta Promon Engenharia Ltda. que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos da demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa acerca das condições econômicas que se verificarão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de juros básica (SELIC), taxa de inflação prevista pelo IPCA, entre outros.

c. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social				
Alíquota vigente	9.471	3.884	9.471	3.294
	34%	34%	34%	34%
	(3.220)	(1.321)	(3.220)	(1.120)
Expectativa do efeito de imposto de renda e contribuição social:				
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Exclusões (adições) permanentes	(672)	(551)	(442)	(495)
Resultado de equivalência patrimonial	7.973	3.343	-	-
Despesas não dedutíveis	-	-	-	-
Aumento (reversão) de provisões		18	(2.303)	(367)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	2.751	5.784	
Compensação prejuízos fiscais e base negativa	-	2.218	2.241	
Demais ajustes	(4.080)	(1.489)	3.685	(5.453)
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício				
	-	-	2.689	590
Alíquota efetiva	0%	0%	28%	18%

30 Garantias prestadas

A Companhia e suas controladas ofereceram garantias para assegurar o cumprimento de execução de contratos, propostas e processos fiscais em fase de discussão judicial, entre outros, sob a forma de cartas de fiança bancária e apólices de seguro garantia, conforme segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Cumprimento de obrigações contratuais	34.675	18.894
Processos judiciais	221.741	225.180
Adiantamento de cliente	13.971	17.270
Total	270.387	261.344

31 Fundação Promon de Previdência Social

A Companhia e suas controladas indiretas Promon Engenharia Ltda. e Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda., são patrocinadoras da Fundação Promon de Previdência Social (Fundação Promon), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. A Fundação Promon tem por objetivo instituir planos privados para a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social oficial a todos os seus participantes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação Promon contava com dois planos de benefícios, como segue:

Modalidade Benefício Definido: plano Promon BásicoPlus;

Modalidade Contribuição Definida: plano Promon MultiFlex.

O valor do Patrimônio Social da Fundação era de R\$ 1.935.815 e suas Provisões Matemáticas eram de R\$ 1.695.700 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.887.314 e R\$ 1.667.120, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

O plano Promon BásicoPlus está fechado para novos ingressos desde 28 de março de 2005. Em 31 de dezembro de 2024, o plano contava com 484 participantes (492 em 2023), sendo 476 assistidos (484 em 2023), 8 autopatrocínados/vinculados (8 em 2023) e nenhum participante ativo/funcionário em 2024 e 2023.

A demonstração das provisões técnicas do plano BásicoPlus está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de cobertura do plano	994.705	958.171
Provisões matemáticas	792.068	782.356
Benefícios concedidos	760.757	753.774
Benefícios a conceder	31.311	28.582
Equilíbrio técnico	202.637	175.814
Superávit técnico acumulado	202.637	175.814
Reserva de contingência	147.553	147.756
Reserva para revisão de plano	55.084	28.058
Fundo previdencial para revisão de plano	13.396	20.055

O exercício de 31 de dezembro de 2024 apresentou um superávit de R\$ 26.823 (R\$ 25.884 em 2023), tendo em vista a variação das provisões matemáticas do plano, assim como a rentabilidade dos ativos de 10,83%, já líquida do custeio administrativo, superior à meta atuarial de 9,55% (IPCA + 4,50% a.a.) no ano.

Em 2024, foi observada Reserva Especial no montante de R\$ 55.084, que deverá ser destinada aos Participantes e Assistidos de forma obrigatória no exercício subsequente, tendo em vista que apresentou saldo por 3 anos consecutivos.

Seus investimentos, por ocasião do fim do exercício, estavam alocados 95,0% em renda fixa, 0,0% em renda variável, 4,9% em investimentos estruturados, 0,0% em investimentos no exterior, 0,0% em investimentos imobiliários e 0,1% na carteira de empréstimos a participantes.

O fundo previdencial para revisão do plano no valor de R\$ 13.396 (R\$ 20.055 em 2023) é constituído pelo montante atualizado de R\$ 13.300 (R\$ 19.968 em 2023) de reserva especial acumulada durante os anos de 2018 a 2021 e pelo saldo residual de R\$ 96 (R\$ 87 em 2023) da reserva especial acumulada durante os anos de 2013 a 2017. Este segundo teve sua destinação aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria n. 161, de 27 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 3 de março de 2020. A partir dessa aprovação, em abril de 2020, os valores passaram a ser destinados em parte para os participantes e em parte para as patrocinadoras, e o pagamento foi realizado em 36 parcelas atualizadas mensalmente e quitadas em março de 2023, conforme a rentabilidade dos investimentos do Plano.

O saldo acumulado entre 2018 e 2021 teve sua destinação aprovada pela Previc (Parecer nº. 364/2022/CTR/CGTR/DILIC), sendo o valor destinado integralmente para os participantes e assistidos do plano por meio da melhoria de benefícios, conforme dispõe o Art. 26 da Resolução CNPC nº. 30/2018. A utilização do fundo se dará por meio do pagamento de 36 parcelas mensais, no período de julho de 2023 a junho de 2026.

Para apuração das Provisões Matemáticas foram utilizadas as seguintes principais hipóteses:

Taxa real anual de juros: 4,50% ao ano.

Projeção do crescimento real de salário: não é aplicável, uma vez que o plano não tem participantes ativos (funcionários).

Tábua de Mortalidade Geral: AT – 2000, segregada por sexo, suavizada em 20%.

O plano Promon MultiFlex, por sua vez, oferecido a todos os funcionários, tem riscos atuariais circunscritos à parcela de benefícios de risco, e é isento desses riscos no que diz respeito a seus benefícios previdenciários, calculados pelo montante acumulado das contribuições feitas, opcionalmente pelos participantes e, sob regime de contrapartida, pelas patrocinadoras, durante a fase de constituição de reservas, acrescidos dos rendimentos financeiros líquidos, e pagos na forma de renda por prazo certo em quotas.

A demonstração das provisões técnicas do plano MultiFlex está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de cobertura do plano	906.690	890.449
Provisões matemáticas	903.632	884.764
Benefícios concedidos	445.525	440.795
Benefícios a conceder	458.107	443.969
Superávit técnico	3.058	5.686
Reserva de contingência	3.058	5.300
Reserva para revisão de plano	-	386
Fundo previdencial	1.801	867

Ao final de 2024 o Patrimônio de cobertura do plano era de R\$ 906.690 (R\$ 890.449 em 2023). A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar inferior ao resultado registrado em 2023. A rentabilidade do Perfil MF2, onde estão alocados os recursos para cobertura da parcela de benefício definido do Plano, ficou em 5,87% no exercício de 2024, portanto abaixo da meta atuarial de 9,70% (IPCA + 4,65% a.a.). Outro fator que contribuiu para a redução do superávit foram pagamentos de benefícios de risco a participantes no montante de aproximadamente R\$ 2,5 milhões ao longo do exercício. Não foi constituída Reserva Especial no exercício, uma vez que o superávit ficou dentro do limite da Reserva de Contingência.

Seus investimentos estavam alocados em 3 diferentes perfis de investimentos, chamados MF1, MF2 e MF3, que, consolidados, detinham 74,6% em renda fixa (73,8% em 2023), 4,2% em renda variável (5,6% em 2023), 10,1% em investimentos estruturados (10,5% em 2023), 6,0% em investimentos no exterior (5,1% em 2023), 3,3% em investimentos imobiliários (3,5% em 2023) e 1,8% na carteira de empréstimos a participantes (1,5% em 2023) por ocasião do fim do exercício.

O plano Promon MultiFlex contava com 1.772 participantes (1.845 em 2023), sendo 277 assistidos (275 em 2023), 692 autopatrocinados/vinculados (645 em 2023) e 803 funcionários (925 em 2023).

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025, à contribuição do plano Multiflex, aportada pela Companhia, foi de R\$ 104 (R\$ 100 em 31 de março de 2024). O total de contribuição consolidado aportado em 31 de março de 2025 foi de R\$ 1.028 (R\$ 1.304 em março de 2024).

32 Eventos subsequentes

PIS e COFINS, em função da inclusão indevida do ICMS nas suas bases de cálculo

A controlada indireta Promon Engenharia Ltda., obteve a habilitação dos créditos tributários de PIS e COFINS junto a Receita Federal do Brasil - RFB em maio de 2025, decorrente de duas decisões judiciais transitadas em julgado em abril de 2025, no valor total de R\$ 19.445.

* * *

Conselho de Administração

Carlos Alberto Moller Pingarilho
Presidente

João Aparecido Gotardi Albanezi
Conselheiro

Wagner Tirolli
Conselheiro

Marcia Aparecida Fernandes Kopelman
Conselheira

Direção Geral
Marcio Nieblas Zapater
Diretor-Presidente

Vanessa Fernanda Franco de Oliveira
Diretora-Executiva

Kleber Luni Ribeiro
Contador SP-347932/0-1